

GRUPO DE GESTÃO DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA ÁGUA ESPRAIADA

ATA DE REUNIÃO Nº. 13

No dia 25 de março de 2008, no auditório do 24º andar do Edifício Martinelli, após verificação do quorum, às 15:30h, iniciou-se a 13ª reunião do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada.

1. Expediente

Os membros presentes, com prévio conhecimento da ata, deliberaram por unanimidade de votos pela sua aprovação.

2. Ordem do Dia

2.1. Informes sobre os Aspectos financeiros da Operação Urbana

O coordenador realizou a apresentação, a título informativo, sobre os aspectos financeiros da Operação Urbana, da qual constam informações sobre as colocações de CEPAC e valores arrecadados, saldo de CEPACs, intervenções e estoque de potencial adicional de construção. A apresentação integra a presente ata (anexo).

2.2. Informes sobre o andamento do Plano Brooklin

A arquiteta Marilena Fajersztajn, de EMURB, informou sobre o andamento dos planos urbanísticos. Para o setor Chucri Zaidan, já foram iniciados os procedimentos para elaboração de DUP – confecção da planta e envio à DESAP. Quanto ao Plano Brooklin, e plano para os demais setores, estão sendo preparadas reuniões para elaboração do Termo de Referência visando à sua contratação.

2.3. Deliberação sobre a aplicação dos recursos da Operação Urbana

O coordenador do Grupo de Gestão, Rubens Chammas, informou que ele, Diretor de Desenvolvimento e Intervenções Urbanas de EMURB, Carolina Moretti Fonseca, Diretora Administrativa e Financeira de EMURB e José Manuguerra, Superintendente de Controle de EMURB estiveram em tratativas com a CVM para discutir sobre a aplicação do excedente de recursos da Operação Urbana (excedente, porque os recursos em caixa ultrapassam os valores necessários para a execução dos investimentos constantes das últimas distribuições de CEPACs).

Dessa forma, o foco principal da presente reunião é a deliberação sobre as novas intervenções que serão realizadas com recursos da Operação Urbana.

Feitos esses esclarecimentos, passou à apresentação da proposta, que integra a presente. Essa apresentação pode ser dividida em duas partes: intervenções já realizadas e proposta de novos investimentos. Esse Grupo de Gestão deliberou, em sua 1ª reunião, realizada em 27/03/03, que os recursos disponíveis deveriam ser utilizados na implantação de pontes Real Parque e na implantação de 600 HIS. As ações estão em andamento e os recursos para sua total execução já estão reservados.

A legislação dispõe que somente serão emitidos CEPACs para custeio de novas intervenções quando for concluída a intervenção anterior ou quando tenham sido assegurados por meio de depósito na conta corrente os recursos necessários para a intervenção anterior. Como os recursos foram assegurados, o Grupo de Gestão deverá deliberar sobre os novos investimentos a serem realizados com recursos da Operação Urbana Consorciada Água Espreada;

As propostas de novos investimentos foram listadas por blocos de intervenção, a saber:

Investimentos em áreas verdes

- - implantação de parque público (área do Clube Chuvisco e adjacências)
- - programa de arborização

Investimentos em Projetos

- - vias locais;
- - planos urbanísticos;
- - prolongamento da Avenida Jornalista Roberto Marinho;
- - prolongamento Avenida Chucri Zaidan;
- - ponte Burle Marx;
- - transporte coletivo;
- - drenagem.

Investimentos em Obras

- - prolongamento da Av. Jornalista Roberto Marinho;
- - implantação do viaduto Santo Amaro;
- - implantação ponte Burle Marx;
- - implantação vias locais;
- - transporte coletivo;
- - drenagem.

Atendimento habitacional às famílias atingidas pelas intervenções

Aquisição/Desapropriação de Terrenos

A ordem de cada intervenção na listagem acima **não indica a ordem de prioridades de cada uma dessas intervenções**. Também foi enfatizado que **o atendimento habitacional será vinculado ao cronograma de desenvolvimento das obras**.

Concluída a exposição, o coordenador abriu a palavra aos participantes.

Gerônimo, União dos Movimentos de Moradia, manifestou descontentamento quanto às ações no Jardim Edith e Rocinha, especificamente quanto às opções oferecidas, entre auxílio moradia e ida para o conjunto de Campo Limpo. Questiona porque o Jardim Edith não pode ser urbanizado.

André – Secretaria do Verde e Meio Ambiente, questiona o investimento na ponte Burle Marx que, a seu ver, irá agravar o problema de trânsito na região. Defende maior investimento no transporte coletivo, acredita que investir apenas no corredor Berrini não é suficiente.

O coordenador, Rubens Chammas, esclareceu que a implantação da Ponte Burle Marx é exigência da LAP e que o corredor Berrini não será o único investimento em transporte coletivo, outros poderão ser realizados, conforme os projetos estejam disponíveis.

Mamoru Tinone, Movimento Defesa São Paulo, diz que foram prometidas reuniões técnicas com CET que não ocorreram. Reclamou do trânsito gerado pela ponte e a falta de discussão sobre alternativas; pede ações concretas para resolver o problema e reitera a disposição das associações de moradores para contribuir com propostas, indicações de alternativas.

Lucy, representante dos moradores de favelas, afirma que não há um plano direcionado para a oferta de HIS. Os terrenos para HIS ainda serão desapropriados, enquanto que o terreno do Jardim Edith está disponível. As famílias terão ainda que esperar muito e terão que ser mantidas por aluguel; as famílias não estão recebendo o aluguel, o aluguel atrasa.

Alonso, HABI/SEHAB, esclareceu que a licitação para a construção das moradias já está em andamento e que em breve estará encerrada. Também informou que, conforme padrão de HABI, as famílias deverão ser mantidas em aluguel até que as obras sejam concluídas, e isto se aplica não só às obras que serão iniciadas, mas também para aquelas que optaram por Campo Limpo. Esclareceu que as ações de HABI se iniciam com o cadastramento. O cadastro socioeconômico indicou que pelo menos 20% das famílias moradoras do Jardim Edith poderiam optar pelo programa PAR da Caixa Econômica. No entanto, apenas duas famílias aderiram. Essas surpresas obrigam ao redirecionamento do atendimento de HABI, que se viu na necessidade de alterar as propostas, oferecer novas alternativas, como a aquisição de terrenos constante da proposta de EMURB. As famílias é que escolherão o programa.

Cibele, Movimento Defesa São Paulo, informou que, na qualidade de representante da Associação do Brooklin Novo, trouxe moradores do entorno do Jardim Edith, que foram surpreendidos com Decreto de Utilidade Pública estadual, que declara de utilidade pública terrenos localizados na quadra situada no Jardim

Edith. Encaminharam carta ao coordenador Rubens Chammas, na qual pedem vários esclarecimentos sobre essa situação. Pedem também que EMURB seja intermediária junto ao governo do Estado sobre essas questões. A Sra. Cibele reitera que há preocupação com o trânsito que será gerado na região com a abertura da ponte; manifesta a disposição de colaborar na busca de alternativas.

Rubens Chammas esclareceu que, embora esta ação do governo estadual tenha ocorrido em área pertencente ao perímetro da Operação Urbana, o governo tem autonomia para propô-la. EMURB é apenas gestora da Operação Urbana, o que não anula as atribuições, competências e ações dos demais órgãos públicos.

Eduardo, morador do Jardim Aeroporto pede para esclarecer se a obra do “Puxadinho” é prioritária e se o Viaduto Santo Amaro é parte da mesma.

O coordenador esclarece que em outra ocasião o Grupo de Gestão já havia indicado a prioridade da obra do Puxadinho, e informa que esta obra integra a proposta de extensão da Av. Jornalista Roberto Marinho. Também se propõe a execução do viaduto Santo Amaro.

A Dra. Claudia Berê, promotora do Ministério Público, afirma que um quesito que precisa ser questionado é que os recursos da ponte estão reservados e os da construção de HIS também estão reservados. Os da Ponte, são visíveis – os de HIS, não. Se já há recursos reservados, porque as pessoas não são contempladas? Para o Ministério Público e para as famílias que estão lá, o compromisso que deve existir é o da realização desses gastos, as moradias devem ser efetivamente implantadas, e numa quantidade superior a 600 HIS, que é insuficiente. A questão do trânsito e de priorização do transporte coletivo também é importante.

O coordenador esclareceu que, de fato, os investimentos em HIS ainda não foram executados, porque esta gestão “herdou” a construção da ponte, que estava em execução. Mas, mesmo assim, foram tomadas todas as iniciativas possíveis para a provisão das HIS. O compromisso com a construção de 600 HIS é o primeiro a ser cumprido, de outros que virão.

Carolina Moretti Fonseca, diretora Financeira da EMURB, esclarece que não havia provisão suficiente de recursos e foi feito um leilão de CEPACs exclusivo para a implantação de HIS. O leilão ocorreu em fevereiro, mas os procedimentos se iniciaram nos cinco meses anteriores. A quantidade de 600 HIS não dá conta da necessidade, mas representa o que foi possível num primeiro momento. Já estão sendo estudadas outras alternativas e soluções para remoção e atendimento das famílias que serão atingidas. Algumas famílias já foram atendidas, não através da Operação Urbana, mas através das ações de SEHAB/CDHU.

O coordenador informou que está disponível para consulta levantamento de terrenos para HIS elaborado pela EMURB (com contribuições de SEHAB e CDHU) cujas áreas somam cerca de 250.000m².

Eduardo Della Manna pergunta por que não foi indicada a obra de prolongamento da Chucri Zaidan.

Rubens Chammas esclarece que essa obra não foi colocada como prioridade porque há pouco conhecimento sobre dificuldades – como desapropriações- que possam surgir especificamente nesta obra.

Regina Monteiro, diretora de Projetos e Meio Ambiente da EMURB, afirma que sempre brigou por um projeto urbanístico que é o que está sendo proposto agora, e parece ainda não ter ficado claro que anteriormente não havia recursos para esses investimentos, porque os existentes foram consumidos pelas obras da ponte.

Dr. Freitas, promotor do Ministério Público, esclarece que está presente como cidadão e como profissional. Como profissional representa moradores das áreas informais, e não viu nenhuma menção expressa ao atendimento a famílias moradoras de outras favelas da região – Rocinha e Beira Rio. Entende que o interesse do morador tem ficado em segundo plano. Deve ser dada prioridade ao transporte coletivo e ao morador que vive em área de risco. Pede esclarecimentos quanto à existência de Estudo de Impacto de Vizinhança da Operação Urbana e ao licenciamento da obra do “Puxadinho”.

Rubens Chammas esclarece que não houve menção expressa a outras favelas porque ainda não foram executados os projetos e o cronograma de obras. A programação de execução de obras e o atendimento às famílias atingidas se dará sempre concomitantemente. A proposta de prioridades inclui o atendimento habitacional às famílias atingidas pelas intervenções.

José Luis – Pede que a obra do ‘Puxadinho’ – extensão da av. Jornalista Roberto Marinho até a rua Pedro Bueno seja executada até a rua Alba.

Rosana – moradora –Reitera o pedido de intermediação de EMURB com relação ao DUP estadual. Reclama que moradores haviam fechado contrato de venda com construtores – que foram desfeitos com o DUP.

Rubens Chammas, coordenador, informa que por tratar-se de DUP estadual, EMURB não tem competência para intermediar.

Indalécia, subprefeitura do Jabaquara, entende que a quantidade de 600 HIS é muito pequena e que poderiam ser desapropriadas áreas gravadas como ZEIS e com direito de preempção.

O coordenador reiterou que não serão construídas apenas 600 HIS, mais tarde haverá outras. O levantamento de EMURB buscou identificar terrenos viáveis para a construção de HIS, considerando padrões de implantação, e o levantamento inclui algumas ZEIS.

Berta, moradora da Vila Cordeiro, reclama dos problemas de trânsito; não houve preocupação com os moradores. Existe um TAC da Vila Cordeiro, que nunca é colocado nas explanações.

Regina Monteiro, diretora de EMURB, esclarece que a maior parte das obras viárias foi solicitada por SVMA; o EIA-RIMA da Operação Urbana exigiu obras complementares. O projeto de extensão da av. Jornalista Roberto Marinho – o Puxadinho, iniciou-se por solicitação dos moradores do Jardim Aeroporto, para diminuição dos impactos gerados pelas obras já realizadas.

Mamoru, Movimento Defesa São Paulo, fez observações quanto à necessidade de tornar mais claro o perímetro atingido pela Operação Urbana.

Não havendo mais dúvidas, o coordenador passou à deliberação da proposta, aprovada por unanimidade, ressaltando-se que a ordem dos investimentos na listagem apresentada não significa priorização de um investimento sobre outro. Portanto, foi aprovada a utilização de recursos provenientes da comercialização de CEPACs da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada nos seguintes investimentos:

Áreas verdes

- - implantação de parque público (área do Clube Chuvisco e adjacências)
- - programa de arborização

Atendimento habitacional às famílias atingidas pelas intervenções

Aquisição/Desapropriação de Terrenos

Projetos:

- drenagem.
- - planos urbanísticos;
- - prolongamento Avenida Chucri Zaidan;
- - prolongamento da Avenida Jornalista Roberto Marinho;
- - ponte Burle Marx;
- - transporte coletivo;
- - vias locais;

Obras

- - drenagem.
- - prolongamento da Av. Chucri Zaidan;
- - prolongamento da Av. Jornalista Roberto Marinho;
- - ponte Burle Marx;
- - transporte coletivo;
- - vias locais;
- - viaduto Santo Amaro

Nada mais havendo a ser tratado, a reunião encerrou-se às 17:40h.

MEMBROS PRESENTES:

EMURB

Rubens Chammas – titular, coordenador
Marilena Fajersztajn – suplente

SEMPLA

Miguel Luiz Bucalem

SEHAB

Alonso Antonio Lopez da Silva

SVMA

André Goldman

SF

Luis Alberto Cardoso de Melo

SIURB

Marcos Rodrigues Penido

SMT

Ricardo Laiza de Oliveria

SUBPREFEITURA DO JABAQUARA

Rui Roberto Lemos de Almeida (titular)
Indalécia Escudeiro (suplente)

SUBPREFEITURA DE SANTO AMARO

Gilberto Ulanin

APEOP

Sergio Fogal Mancinelli Júnior

MOVIMENTO DEFENDA SÃO PAULO

Mamoru Tinone – titular
Cibele Martins Sampaio – suplente

SECOVI

Arnaldo Goldstein – titular
Marcio Jeha Chede – suplente

UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA

Gerôncio Henrique Neto

ASSOCIAÇÃO MORADORES DE FAVELAS

Lucy dos Santos Diogo